

EDITORIAL

A Revista Mestrado em Direito Direitos Humanos Fundamentais tem por finalidade a divulgação de trabalhos resultantes de estudos e pesquisa sobre a temática do Mestrado em Direito do UNIFIEO “Positivização e concretização jurídica dos direitos humanos fundamentais”, produzidos por juristas e docentes de instituições nacionais e estrangeiras e vem sendo produzida regularmente graças às excelentes colaborações recebidas e ao trabalho de editoria desenvolvido pelo Mestrado e pela EDIFIEO.

A linha editorial, fixada para o triênio 2010-2012, que aqui pode ser resumida em estudos de direito material e as seguintes abordagens, inclusive transdisciplinares: justificação filosófica, teoria geral, teoria dogmática, teoria crítica, enfoque sociológico, construção histórica, direito comparado, instrumentos processuais, políticas públicas, contexto artístico e literário, psicologia aplicada e ciência política - tudo voltado para a temática dos direitos humanos fundamentais - foi plenamente observada na seleção dos artigos.

É com grande felicidade e orgulho que apresentamos aos juristas e pós-graduandos em geral o décimo nono volume desta Revista, cuja publicação foi iniciada em 2001, completamente reformulada em 2004 e que vem merecendo constantes aperfeiçoamentos para, como periódico científico e inovador, atender à comunidade jurídica.

A Revista, publicação semestral impressa e on-line, tem sido recebida como publicação acadêmica de referência nacional e internacional. Autores estrangeiros e nacionais vem colaborando com seus textos de modo a engrandecer nosso periódico.

Neste ano de 2012 recebemos mais de trinta artigos inéditos, dos quais foram selecionados 20 para a publicação anual, nos dois volumes semestrais.

A Revista que ora apresentamos contém 11 (onze) artigos, que somados aos nove publicados no volume 12.1 somam, no ano, 20 artigos

Todos os trabalhos, selecionados pelo Conselho de Redação interno, e aprovados pelo Conselho Editorial, foram submetidos ao double blind peer review, e os avaliadores estão devidamente apontados nesta edição. Emitiram pareceres seis conselheiros externos da Revista (3 estrangeiros e 3 nacionais) e nove (9) pareceristas externos, entre estrangeiros e nacionais.

Assim, é com justificado orgulho que apresentamos artigos científicos inéditos, resultantes de pesquisas, reflexões e estudos independentes sobre a temática dos Direitos Fundamentais.

Colaboraram com esta edição autores estrangeiros e nacionais; pela ordem de apresentação dos artigos, entre os autores estrangeiros Raul Jiménez Sanjines com o trabalho atual e relevante sobre “Justicia Comunitaria – Justicia Ordinaria – La Constitucion Política del Estado y la Ley del Órgano Judicial”, da Bolívia; Nancy Fraser, da New School for Social Research, EUA com o relevante tema “Abnormal Justice” traduzido para o português por Eduardo C. Bianca Bittar; Angel Guillermo Ruiz Moreno, Conselheiro da Revista, que traz valioso estudo sobre a “La problemática en la enseñanza del Derecho de la Seguridad Social contemporánea: Un mea culpa obligado alas nuevas generaciones; e, ainda, o relevante atual e profundo de Milton Feiullade, sobre a “La responsabilidad del Estado ante la infracción al Derecho a la Vida en la jurisprudencia interamericana”. Entre os colaboradores nacionais encontram-se o artigo de Carolina Assed Ferreira da UNESP, Ribeirão Preto, sobre o tema “A atuação de atores não estatais nos conflitos armados e o desrespeito Convenções de Genebra”; Paulo de Tarso Brandão e Ildete Regina Vale da Silva, da UFSC, com o trabalho sobre a “Fraternidade como categoria política”. André Luiz Faisting e Ricardo

Silva de Oliveira, em co-autoria trazem o artigo “Juizado Especial Criminal: Um estudo de caso a partir das Audiências Preliminares de Conciliação” e Clodomiro José Bannwart Junior e Éder Wilton Gustavo Felix Calado, ambos da Universidade Estadual de Londrina, também em co-autoria apresentam primoroso estudo sobre “Habermas e a crítica à política republicana e liberal: a proposta de democracia deliberativa baseada na Teoria do Discurso”. Luiz Alberto G. S. Rocha e André Martins Brandão escrevem sobre “Hermenêutica e Democracia: a verdade como consenso”, valioso estudo para os tempos atuais, e Rafael Antonietti Mather e Maria Luiza Machado Granziera, ambos da UNISANTOS oferecem o texto sobre “Meio ambiente na Agenda Internacional e a sua consagração como um Direito Humano na Jurisprudência do Sistema Internacional” e, por fim, Valdir dos Santos Pio e Anna Candida da Cunha Ferraz, do Mestrado do UNIFIEO, apresentam texto como resultado parcial do projeto de pesquisa ali referido.

Completa este volume o excelente ensaio de Teodósio A. Palomino, também Conselheiro da Revista, com o interessante trabalho sobre “El Derecho del Trabajo Contemporáneo Projectado hacia el Futuro”.

Finalizando a apresentação desta plêiade de importantes contribuições científicas a este volume de nossa Revista, resta-nos agradecer a todos os colaboradores e pareceristas da presente edição, e convidar a toda a comunidade acadêmica que se dedica ao tema dos Direitos Fundamentais para participar do próximo número.

Anna Candida da Cunha Ferraz
Domingos Sávio Zainaghi
Margareth Anne Leister
Coordenadores

“O artigo “Fraternidade como categoria política” (*Paulo de Tarso Brandão, Ildete Regina Vale da Silva- vinculados à UNIVALI*) foi retirado desta Revista, o que ocasionou o recolhimento dos volumes e sua substituição por outros, em razão de ter sido publicado em 3 revistas distintas: na nossa revista, na Revista da Direito e Política, da Univali (http://www.univali.br/modules/sgeditor/sgeditor_download.aspx?P=3966&VID=default&SID=824653661338565&S=1&action=handle_download_link&fpath=posgraduacao/mestrado_cienciajuridica/revistas/direitoepolitica/volume7-3/&fname=33.pdf&C=76048) e na Revista Dialogos Criticos, da UFMA (<http://direitoesociedade.ufma.br/revista/index.php/dialogoscriticos/article/view/14>). Todas as revistas são correspondentes ao volume de 2012. Os autores declararam que o artigo era inédito no Brasil. Tal condição é requisito para a publicação na Revista Direitos Humanos Fundamentais.”